

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 27/11/2019 | Edição: 229 | Seção: 1 | Página: 46

Órgão: Ministério da Economia/Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União/Superintendência no Rio Grande do Sul

PORTARIA Nº 11.773, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO RIO GRANDE DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria do Patrimônio da União, constante do Art. 68 do Anexo X da Portaria GM/MP nº 11 de 31/01/2018, e Art. 6º do Decreto-Lei nº 2.398/1987, de 21/12/1987, e o disposto no inciso II, do Art. 8º, Cap. III da Portaria nº 12.746 de 30/11/2018, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 04902.002164/2018-04, resolve:

Art. 1º Autorizar o MUNICÍPIO DE ARAMBARÉ, inscrito no CNPJ 90.152.950/0001-24, com endereço na Rua Ormezinda Ramos Loureiro, 180, Bairro Caramuru, Arambaré/RS, a realizar obras ao longo da Orla da Praia, no Bairro Costa Doce, assim discriminadas: a) obra de iluminação, na parte que vai da quadra 58 até a metade da quadra 100 (lado Leste), na Avenida Ivan Xavier Pereira; b) obra de instalação de piso tátil, na parte que vai do centro cultural Inúbia, quadra 60, até o final da quadra 128 (lado Leste), no Calçadão; e c) instalação de quiosque na quadra 128, (lado Leste), no Calçadão, tudo em conformidade com projeto básico apresentado e aprovado pela CAIXA, com recursos do Contrato de Repasse MTUR 847009/2017, Operação 1041735-47, em área de domínio da União, devidamente identificada e caracterizada, conforme Memorial Descritivo e Planta de Localização juntada ao processo em referência.

Art. 2º As obras a que se refere o artigo 1º deve seguir as diretrizes e determinações pertinentes ao patrimônio urbanístico, turístico, histórico, cultural, social, econômico e ambiental.

Art. 3º As obras ficam condicionadas ao cumprimento rigoroso das recomendações urbanísticas, bem como o licenciamento ambiental, emitido pelos órgãos competentes e pela emissão de ART válida.

Art. 4º A autorização das obras a que se refere esta Portaria, não implica na transferência de domínio sobre a área a qualquer título.

Art. 5º Durante o período de execução das obras a que se refere o artigo 1º é obrigatória a fixação de placa, junto ao canteiro de obras, em local visível, confeccionada segundo o Manual de Placas do Governo Federal, na qual conste que a Autorização de Obras foi dada pela Superintendência do Patrimônio da União no Rio Grande do Sul, vinculado à Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, vinculada à Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, do Ministério da Economia.

Art. 6º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria, não excluem outros decorrentes da autorização de acordo com a legislação brasileira.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GLADSTONE THEMÓTEO MENEZES BRITO DA SILVA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.